

20 DE NOVEMBRO: DIA DE LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO



Zumbi e Dandara

**III CONGRESSO DA CSP
CONLUTAS: UM BALANÇO CRÍTICO**

**AINDA SOBRE PALMARES:
“VERBOS À FLOR DA PELE”**

**REVOLUÇÃO RUSSA: O PARTIDO
BOLCHEVIQUE APÓS 1917**

**QUILOMBO DOS PALMARES: A
RESISTÊNCIA**

**PORTARIA SOBRE TRABALHO
ESCRAVO: BRASIL E ESCRAVIDÃO
SÃO SINÔNIMOS**

**O ATENTADO NA SOMÁLIA: O
MUNDO NÃO LIGA PARA VIDAS
NEGRAS**

III CONGRESSO DA CSP CONLUTAS: A CONJUNTURA EXIGIA IR MAIS ALÉM

O III Congresso da CSP-Conlutas reuniu aproximadamente 2500 pessoas entre delegados, delegadas, observadores, convidados internacionais e a equipe de organização. Um momento destacado após todo um processo de organização de debates e assembleias para eleição de representações das categorias.

Consideramos a CSP-Conlutas como um espaço importante para a luta de classes, pois agrega um setor significativo da vanguarda de esquerda em um momento em que a unidade da luta é fundamental. E o Congresso foi progressivo, em linhas gerais, para confirmar que há alternativas por fora da CUT, da Força Sindical e demais burocracias sindicais.

Mas, cabe uma pergunta: o Congresso fortaleceu e orientou ativistas, que se organizam em torno da Central, com um plano de lutas?

Além disso, ao contrário do PSTU, nós achamos que há muitas questões que precisam ser pensadas e debatidas entre os que compõem a Central.

PLANO DE LUTAS SE LIMITOU AO DIA 10 DE NOVEMBRO

Embora entendamos a urgência e tenhamos votado pelo dia 10 de novembro, apresentamos uma contribuição ao Congresso (Contribuição nº5 – Caderno de Teses e <http://espacosocialista.org/portal/2017/10/tese-do-espaco-socialista-ao-3-congresso-da-csp-conlutas/>) que teve como eixo a necessidade de um plano político que respondesse à conjuntura atual, armasse a militância diante dos problemas estruturais e que pudesse apresentar à classe trabalhadora brasileira (e mundial)

um plano de lutas com propostas de calendários unificados.

No nosso modo de ver esse Congresso necessitava aprovar um programa político e econômico para responder à crise sob o ponto de vista da nossa classe. Esse programa além de representar as propostas pela esquerda à crise poderia contribuir para ganhar a consciência da classe trabalhadora, em um momento de crescimento da direita e de suas ideias entre as massas.

No entanto, a resolução aprovada, apresentada pelo setor majoritário, liderado pelo PSTU, se limitou a um plano de lutas que tem como eixo apenas o dia 10 de novembro. Como dissemos, a construção do dia 10 de novembro é importante e poderá enfrentar a Reforma da Previdência e outros ataques aos nossos direitos. Mas, é pouco.

As deliberações para reafirmar os princípios da Central ajudam a indicar um horizonte, mas somente princípios declarados abstratamente não ajudam para a inserção da Central no seio da classe trabalhadora.

É urgente irmos além do imediato, dos “dias nacionais de luta”, é necessária uma resposta global aos ataques do governo e da patronal como a greve geral.

Portanto, fica a pergunta: e depois do dia 10 de novembro?

FALTOU TAMBÉM UMA RESPOSTA À DIREITA

Outra questão não discutida e de muita importância é a ação da CSP-Conlutas contra o avanço da direita

A posição do setor majoritário, o PSTU, de que vivemos em um momento em “que só não tem luta porque as direções não querem”, além de ser parcial e não apresentar as contradições, despreza o avanço da direita entre a classe trabalhadora.

Defendemos no Congresso uma “Campanha contra o avanço da direita” para começarmos desde já a contribuir com a classe trabalhadora no sentido de não aceitarmos um outro momento de ditadura militar no país. Mesmo sendo aprovada em grupos de trabalho, a campanha ficou encaminhada para a próxima reunião da Coordenação Nacional.

Entendemos que é urgente ações da Central nesse sentido, pois temos presenciado vários atos e provocações de setores da direita como invadir espaços de debate da esquerda, proposição de projetos da Escola sem Partido, declarações de generais defendendo intervenção militar, etc. O movimento sindical, a esquerda de conjunto e os movimentos sociais precisam responder a essa situação para derrotá-la e para que não aumentem sua influência sobre a classe, já que a história demonstra o quanto trabalhadores e trabalhadoras perdem com isso.



OS PAINÉIS

Nesse Congresso, diferente dos demais, todas as propostas aprovadas nos grupos de trabalho foram ao plenário e puderam ser apreciadas.

No entanto, no funcionamento do Congresso nos deparamos, novamente, com os painéis que consomem parte importante do tempo, que deveria ser utilizado para debates e encaminhamentos sobre um plano de lutas.

O formato com painéis, inaugurado nos congressos da CUT, tem como consequência também o funcionamento precário dos grupos de trabalho, sem tempo para discutir todos os pontos de pauta. Os grupos, no nosso modo de ver, devem ser os espaços privilegiados para as discussões gerais e trazer as demandas de categorias.

Outro grande problema desse formato de painéis é a relação que se estabelece com o plenário do Congresso, que foi eleito para debater e decidir sobre grandes questões da luta de classes. Com esse formato tem-se uma relação hierarquizada entre “especialistas” e “alunos”, que devem assistir tudo passivamente e nos moldes da Educação burguesa. E essa relação não devemos reproduzir nos fóruns do movimento.

Dessa forma, entendemos que os fóruns da Central precisam ser pensados tendo como prioridade a participação de trabalhadores e trabalhadoras de base, que possam efetivamente interferir nos rumos do Congresso.

ESTAGNAÇÃO DA CENTRAL

Olhando os números do Congresso podemos ver que foram muito próximos do congresso anterior, com aproximadamente 200 delegados a mais e esse mesmo número de observadores a menos. A maior baixa ocorreu na quantidade de entidades



filiadas (diretorias ligadas à Central, minorias de diretorias, oposições): de 373 entidades participantes em 2015 para 308 entidades nesse Congresso.

Outro dado importante é sobre as categorias presentes. Segundo informações de credenciamento, 52% dos delegados e delegadas são do funcionalismo público (sem considerar Correios, empresa pública e bancários que em sua maioria é de bancos públicos).

Já o setor operário estava representado por 278 delegados (aproximadamente 14% do Congresso), dos quais apenas 3 categorias representavam 73% da delegação operária (metalúrgicos, construção civil e petroleiros). E o setor de transporte com menos de 3% dos delegados.

Embora tenha sido um Congresso com a representação de várias categorias que, inclusive, participaram ativamente nas últimas greves e mobilizações pelo país, precisamos ainda refletir sobre esses números e o significado político deles:

Primeiro, avaliamos que a CSP-Conlutas está estagnada. Desde a ruptura do Congresso de unificação em 2010, a Central não tem conseguido aumentar a sua representatividade junto à classe trabalhadora. O argumento de haver novas entidades filiadas é frágil, pois além de ser um número pequeno não refletiu no aumento da influência política da Central nas bases dessas categorias.

Segundo, a CSP-Conlutas tem presença mais forte no setor do funcionalismo público. Esse fato tem importância, mas uma central sem forte representação nos setores produtivos e de transportes pode influenciar pouco nos grandes acontecimentos da luta de classes. Na Greve Geral de 28 de abril, por exemplo, o setor de transporte foi fundamental.

Terceiro, os números indicam também que não se avançou no trabalho de base.

Todos esses dados, no nosso modo de ver, demonstram uma estagnação no tamanho e na influência da Central como um instrumento de esquerda para a luta da classe trabalhadora.

AS VAIAS E OS PROBLEMAS DE MÉTODO

Depois de muitos anos e vários congressos da Central, pela primeira vez, presenciamos vaiais no plenário quando companheiros defendiam posições políticas diferentes da corrente majoritária. Algo que parece comum, no entanto, no nosso modo de ver, é um método que vai contra os princípios da democracia operária e de um ambiente saudável entre militantes de esquerda.

Entendemos que a realidade está muito complexa, são vários elementos novos e contraditórios com o crescimento da direita, a fragmentação da esquerda e com a crise da alternativa socialista. E isso, não poucas vezes, produz e

continuará produzindo olhares distintos e divergentes sobre a realidade. No entanto, não mudaremos essa situação tentando impor uma posição como única e, inclusive, impedindo a fala dos que pensam diferente (objetivo e consequência das vaías).

Um tensionamento desse tipo prejudica o debate, a própria compreensão da realidade e o desenvolvimento da Central, além disso educa muito mal trabalhadores e trabalhadoras presentes em um sentido contrário ao da unidade e do fortalecimento construindo uma relação em que na luta por ideias vale qualquer método.

OPRESSÕES E A PRÁTICA LONGE DO DISCURSO

A CSP-Conlutas como consta em seus estatutos e resoluções políticas é também um espaço para os movimentos que lutam contra a opressão machista, homofóbica e racista. E isso não pode permanecer somente na teoria.

Já há alguns congressos os movimentos de luta contra as opressões precisam batalhar no interior do Congresso para terem seus espaços. Por exemplo,



por conta do atraso do Congresso em decorrência de painéis, a pauta de debate sobre opressões foi transferida para o sábado, 8 horas da manhã, ou seja, horário sabidamente com pouca participação.

Ainda assim, só foi realizado um painel com poucas e curtas falas e nem mesmo a relatoria dos Grupos de Trabalho foi encaminhada ao plenário. Ou seja, mais uma vez o debate e a construção de um plano de lutas para combater o avanço da direita, do machismo, da homofobia e do racismo foram secundarizados no interior da Central, o que demonstra ainda a distância entre o discurso e a prática.

NOVA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: A CSP CONLUTAS É A FAVOR?

Há uma forte pressão das burocracias sindicais (CUT, Força Sindical, etc.) para o governo criar uma nova contribuição sindical em substituição ao famigerado imposto sindical. É uma contribuição que mantém a mesma lógica do imposto sindical, é impositivo. Pelas negociações essa nova contribuição sindical poderá chegar a 13% do salário da classe trabalhadora.

Nós defendemos uma concepção sindical que afronte a atual estrutura sindical, sendo que sua sustentação financeira se dê de forma voluntária pelos trabalhadores. Somos contra qualquer contribuição impositiva.

Para nossa surpresa, o bloco liderado pelo PSTU barrou uma resolução que propunha impedir a Central de receber recursos oriundos dessa contribuição do governo e, principalmente, que desde já se posicionasse contra. Está a corrente majoritária mudando o

posicionamentopara impor à Central as “contribuições impositivas”, que financiam as entidades sindicais e até enfraquecem a organização das lutas?

É verdade que o bloco não defendeu desde já a nova contribuição, mas a intervenção feita pelo companheiro contra a resolução apresentou a necessidade de “esperar essa nova contribuição para ver a nossa posição”. Isso é problema porque desde a fundação a CSP-Conlutas sempre houve o posicionamento contrário ao imposto sindical, ainda que nunca tenha sido levado de forma séria esse debate e nunca tenha sido adotado medidas contra os vários sindicatos que retém esse imposto de trabalhadoras e trabalhadores.

Portanto, reafirmamos no Congresso que somos contra o velho imposto sindical ou nova contribuição sindical, exigimos medidas efetivas da Central

para que as contribuições de trabalhadores e trabalhadoras sejam voluntárias para o fortalecimento e independência das lutas contra a patronal e o governo tornando público desde já o posicionando e o embate às centrais pelegas.

Dessa forma, entendemos que a Central necessita avançar como alternativa de luta, de esquerda, com método, com um plano de lutas e como instrumento da classe trabalhadora de conjunto para, de fato, enfrentar a patronal e seus governos que buscam a cada dia submeter trabalhadores e trabalhadoras com a intensificação da exploração e com um “mercado de trabalho” sem direitos, precário e que têm contado com a conivência das centrais pelegas, burocratas e aliadas ao reformismo que não possibilita à classe reagir e se levantar para mudar o rumo do país.

QUILOMBO DOS PALMARES

Ao norte de Maceió, capital de Alagoas, fica União dos Palmares, onde se situa a Serra da Barriga: cenário de um importante episódio da história brasileira. Lá era a sede política e administrativa do Quilombo dos Palmares, conhecida pelos quilombolas na época por Cerca real dos Macacos, em alusão ao Riacho dos Macacos.

A emergência e organização do Quilombo dos Palmares foi um momento único na história brasileira: foi a maior rebelião de escravos da América do Sul, que sobreviveu por mais tempo (por volta de 65 anos), além de ter sido o mais poderoso levante nos domínios do Brasil colonial e, por isso, demandou para ser derrotado um grandioso esforço bélico.

Juntamente com a guerra contra os holandeses, que eclodiu em simultâneo momento, figura como o maior problema administrativo da época. O tamanho do Quilombo e sua expressiva população e organização social puderam ser sentidas pelo impedimento que constituiu ao avanço da colonização no sul da capitania de Pernambuco, no século XVI por quase sete décadas.

As terras do Quilombo dominavam os vales dos rios Paraíba e Mundaú, abrangendo suas cabeceiras até desaguiarem nas proximidades das lagoas Mundaú e Manguaba. A expressiva presença dos rebeldes na região punha

risco à sobrevivência da capitania, uma vez que era de Alagoas donde saía uma importante parcela da alimentação da região pernambucana da capitania.

As principais vilas alagoanas – na época: Penedo, Alagoas do Sul e Porto Calvo – ficaram instáveis, pois as propriedades ali instaladas eram ameaçadas, os escravos raptados e os canaviais queimados. Devido à importância da região na política econômica colonial, o Quilombo não era apenas uma ameaça local: a própria colonização portuguesa ficou em cheque.

A ORIGEM

Um escravo no século XVI, como uma ferramenta desgastada pelo uso exacerbado, tinha vida útil de sete anos. Enfrentando todo tipo de violência que sua condição possibilitava, restava a submissão ao sistema de exploração absoluta ou a resistência.

As primeiras formas de resistir à exploração absoluta da escravidão se davam de modo estritamente pessoal e iam desde a prática do “banzo” – que era expressão da tristeza do escravizado frente a sua situação e se materializava na falta de aptidão ao trabalho forçado – até mesmo ao suicídio. Com o passar dos anos, se organizaram formas coletivas de resistência, que poderiam ser fugas para o mato ou revoltas armadas. Essas formas coletivas de luta desembocaram na

Os Quilombos foram, sem dúvida, uma das formas mais importantes de resistência escrava no Brasil. Abaixo, publicamos dois textos que, ao nosso ver, se complementam e retratam a luta do mais desafiador deles contra os senhores de engenhos: o Quilombo dos Palmares.

constituição dos quilombos. A mais antiga notícia de um quilombo foi uma experiência de curta duração ocorrida no interior da Bahia.

Palmares ocupava uma terra abundante em palmeiras (pindoba ou “coco catolé”) e essa característica acabou por denominar o quilombo popularmente. A área era desabitada desde a fuga dos indígenas que abandonaram a região após serem massacrados nos conflitos contra os colonos e fugiram para terras sertanejas. Os quilombolas vinham de diversificadas regiões da África (com a predominância dos “bantos”). Formavam uma sociedade multiétnica, constituída por traços africanos e portugueses, como ficou visível na religião: uma mistura entre as tradições africanas e o catolicismo absorvido no contato com os portugueses.

O núcleo inicial teria surgido por volta de 1597, oriundo de Porto Calvo, de onde teriam fugido alguns escravos de um engenho. Segundo historiadores, a área guardava semelhanças com as terras de origem dos escravos, na África, devido às suas características geográficas. Com o núcleo oficial estabelecido, outros grupos populacionais foram, com o tempo, chegando e se fixando nos lugares de mata desna, em que poderiam encontrar todas as condições de defesa e tirarem seu sustento (terras férteis, água, caça e madeira). As regiões de mata fechada eram abrigos naturais aos refugiados, visto que o acesso era muito difícil: uma espécie de fortaleza defendida pela floresta e pelas montanhas.



Um quilombo (que significa “povoação”, em quimbundo) era formado por um conjunto de “mocambos”: palavra também de origem africana que os portugueses usavam para designar as aldeias construídas pelos escravos fugidos. Cada quilombo tinha ainda um sistema de proteção que consistia na construção de fossos e armadilhas que rodeavam o espaço, além do acesso ser feito através de portas, localizadas segundo os pontos cardeais. A totalidade dos “mocambos” palmarinos formava a “Angola Janga” ou Angola Pequena.

Há registros que denotam conflitos entre os portugueses e quilombolas desde 1602. Aos poucos, os ex-escravos que haviam se estabelecido em Palmares começaram a fazer incursões nas áreas dos engenhos em busca de armas e munição, ferramentas de trabalho, além da libertação de escravos que se incorporavam à comunidade.

No início da ocupação holandesa, em 1630, a população quilombola era cerca de 3.000 pessoas e a guerra do açúcar – por desarticular a economia e a política da região – redundou no fortalecimento do quilombo, que aumentou significativamente seu território e população ao fim da ocupação holandesa. Chegou a ter relatórios do governo batavo dando conta de 10.000 pessoas ocupando a região do Quilombo. No auge, as terras palmarinas cobriam cerca de 27 mil quilômetros quadrados. A região mais importante era a da Cerca Real dos Macacos que correspondia ao centro político e administrativo.

A produção no Quilombo tinha como base a propriedade social da terra, em que as famílias livres trabalhavam em pequenos roçados e produziam o suficiente para a subsistência dos mocambos, além de gerar excedentes que eram

trocados nos povoados de fazendas vizinhas por roupas, armas e pólvora. Essa estrutura policultora possibilitava a existência de uma população relativamente grande para a época e foi fundamental para a resistência militar por tantos anos.

Além da agricultura, complementavam a economia palmarina a caça, a pesca e a extração de mel. Também aproveitavam o fruto da palmeira de pindoba para alimentação, misturava a polpa à farinha de mandioca e extraía o óleo da amêndoa. O excedente produzido era trocado com comerciantes da região.

A GUERRA

Na ocasião da morte de Ganga Zumba e a afirmação de Zumbi enquanto chefe do Quilombo dos Palmares (que passou a reunir todos os quilombos de forma unificada em sua administração), a região abrigava uma vida comunitária politicamente organizada, com administração pública, leis próprias, forma de governo, princípios religiosos e culturais que fundamentavam e fortaleciam sua identidade coletiva, o que servia de uma espécie de chamado aos escravos que trabalhavam nos engenhos para a fuga e para a luta pela liberdade.

A partir daí, a administração da metrópole percebeu o quanto seus domínios coloniais estavam ameaçados, visto que era como se houvesse um Estado funcionando dentro e independentemente da lógica a que estava submetida o restante das terras brasileiras. O primeiro ataque contra Palmares foi em 1602, comandado pelos Portugueses. Em geral, as expedições contra o Quilombo contavam com a participação de indígenas ou de seus descendentes, pois estes eram os únicos capazes

“A PRODUÇÃO NO QUILOMBO TINHA COMO BASE A PROPRIEDADE SOCIAL DA TERRA, EM QUE AS FAMÍLIAS LIVRES TRABALHAVAM EM PEQUENOS ROÇADOS E PRODUZIAM O SUFICIENTE PARA A SUBSISTÊNCIA DOS MOCAMBOS, ALÉM DE GERAR EXCEDENTES QUE ERAM TROCADOS NOS POVOADOS DE FAZENDAS VIZINHAS POR ROUPAS, ARMAS E PÓLVORA”

de adentrar na mata e conhecer seus caminhos.

Em 1678, Ganga Zumba, o primeiro líder reconhecido, assinou um acordo de convivência com o governo de Pernambuco. Esse fato dividiu o Quilombo e a divergência culminou no assassinato de Ganga Zumba por traição. Zumbi assumiu a administração dos quilombos unificados. O novo líder teria nascido nas terras ao Norte de Alagoas, recebido educação religiosa em Porto Calvo até os 15 anos, quando fugiu para viver no quilombo. Lá, se destacou como comandante e dirigiu a resistência até ser assassinado aos 40 anos, na batalha final.

Sob o comando de Zumbi o Quilombo cresceu, incorporou novas áreas e chegou a ter uma população com cerca de 30 mil pessoas. Um ano após a morte de Ganga Zumba os ataques se intensificaram. A resistência do Quilombo sob o comando de Zumbi durou 15 anos, enquanto a tática de guerrilha foi eficaz. Com a experiência e melhores condições materiais, as expedições de Manuel Lopes e Jorge Carrilho abriram caminho para as forças combinadas de Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo, pois causaram muitos estragos.

A BATALHA FINAL

Depois dos primeiros grandes ataques, Palmares teve uma breve trégua de cinco anos, graças à guerra contra os holandeses (1630-1654) e a Guerra dos Jandús (1678-1692), batalha dos colonos contra os indígenas no Rio Grande do Norte. Esses embates tomaram a atenção da administração colonial, dando ao Quilombo um tempo que foi utilizado para fortalecer as fronteiras da Serra da Barriga.

A derradeira batalha foi uma verdadeira cruzada contra o Quilombo: Palmares foi cercada por mais de três mil homens comandados por Domingos Jorge Velho, além de experientes bandeirantes paulistas e mineiros. A bandeira foi organizada pelo governo da capitania, com o apoio das câmaras de vilas existentes e financiadas pelos senhores de engenho, mobilizou o poder político e econômico da região, sendo a maior estrutura militar do Brasil colonial. A organização local contava com o apoio colonial que prometia terras e escravos aos que destruíssem Palmares.

O cerco asfixiou Palmares por cerca de dois meses e após os disparos dos canhões de bronze, os portugueses conseguiram penetrar na Serra da Barriga. Zumbi conseguiu fugir nessa ocasião, mas foi delatado por um de seus auxiliares e pego em seu

esconderijo na Serra Dois Irmãos por uma coluna de bandeirantes paulistas. Somente um dos vinte homens que estavam com Zumbi foi pego com vida.

Morto em 20 de novembro de 1695, o comandante negro foi decapitado e teve sua cabeça salgada e enviada para Recife, onde ficou em exposição. A caçada direta aos negros do Quilombo acabou em 1697, mas a resistência dos sobreviventes perdurou e os colonos em 1707 ainda precisavam de medidas de segurança para impedir a reconstrução do quilombo.

OS QUILOMBOLAS

O fim da guerra contra Palmares marcou a doação das terras ocupadas pelo Quilombo, formando imensos latifúndios nos municípios da atual microrregião Serrana dos Quilombos e localidades vizinhas.

O estado de Alagoas é marcado pelo latifúndio com a monocultura da cana, que se espelha numa estrutura política que expressa a secular desigualdade social herdada do período colonial. Os quilombolas também foram expulsos da região, para que não retomassem seu sonho de liberdade. A luta dos negros continuou, mas o tráfico negreiro perdurou até 1850. Novos quilombos se articularam em terras alagoanas até



o século 19, mas sempre menores e com a economia menos vigorosa do que Palmares. Esse movimento de constituição de quilombos perdurou dois séculos depois da derrota de Palmares, quando, enfim, a escravidão foi abolida.

A partir de 1985, em reconhecimento da história da resistência negra à escravidão, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tombou a Serra da Barriga. Em 1988, a Serra foi caracterizada como “conjunto histórico paisagístico” e, por isso, considerada um Monumento Nacional. Inaugurou-se ali, em 2006, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Demorou quase um século para que o Estado brasileiro reconhecesse a história e a luta do povo de Palmares como patrimônio dos brasileiros.

VERBOS À FLOR DA PELE

FABRÍCIO TAVARES

No momento em que pisaram na América, os africanos transformados em escravos conspiraram e lutaram contra os senhores de terra no Brasil colonial. Enquanto durou a escravidão, no Brasil, homens e mulheres que para cá foram trazidos e vendidos como simples mercadorias resistiram. Utilizaram várias formas de resistência, desde pequenos furtos,

envenenamentos, suicídios, sabotagens até fugas, revoltas e quilombos.

E foram vários os quilombos que se formaram e se espalharam pela Colônia, sendo o mais famoso, Palmares. Os quilombos foram comunidades formadas por povos africanos (também índios, fugitivos,

*Latifundiário escravagista ou os dois ao mesmo tempo
De norte a sul como pragas*

*Alastrando a fome que acampa em quilombos ambulantes
Na beira da pista é morte na pista na lista de morte
Dos modernos capitães do mato*

F.U.R.T.O.

desertores) de diferentes etnias que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo, que acabaram formando novos laços de solidariedade e convivência coletiva.

Palmares foi o quilombo que mais resistiu à repressão colonial, derrotando diversas expedições militares (portugueses e holandeses), durou quase 100 anos. Composto por várias comunidades que se espalhavam pelas matas de Alagoas e Pernambuco ao longo do século XVII, seu núcleo ficava na Serra da Barriga (AL).

Os quilombolas eram bastante organizados em termos militares e políticos, tendo um governo próprio com líderes, conselhos e um sistema de defesa do seu território bem eficaz. Possuindo ainda diversas lavouras e uma estrutura de comércio que coexistia e se retroalimentava do comércio oficial com a sociedade vizinha.

Os quilombos mantinham redes de comércio, relações de trabalho, de amizades, parentesco, envolvendo escravos cativos, negros livres e libertos, comerciantes mestiços e brancos.

O governo da colônia criou várias estratégias repressivas que não conseguiram acabar com as fugas das fazendas de cana-de-açúcar. Evidente prejuízo causavam os quilombos. Com isso os fazendeiros tentaram manter sob controle o número de escravos fugidos e a formação de novos quilombos.

E, assim, surgiu a figura do capitão-do-mato. Bandos armados financiados pelos fazendeiros, que formavam uma milícia especializada na caça de escravos fugidos e na destruição de quilombos mediante recompensas e pagamentos.

Pode-se imaginar tamanha repressão contra os negros e índios por sua resistência contra a escravidão. A repressão brutal é parte constitutiva do funcionamento do Brasil, não apenas na Colônia, mas hoje inclusive. Garantindo estabilidade à exploração dos que trabalham, ontem e hoje. Basta pensar no papel

da polícia nas periferias e lembrar imediatamente dos capitães do mato da Colônia.

“Embora em lugares protegidos, os quilombolas na sua maioria viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas e cidades, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolviam escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos; com escravos e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais e outros.” (João José Reis, 1996)

Com o objetivo de conter o crescimento do Quilombo de Palmares, o governador de Pernambuco propôs um “acordo” com os quilombolas. A contrapartida do “acordo” era o fim das fugas, portanto, a abdicação da luta pela liberdade por parte daqueles que ainda estavam nas senzalas.

Com isso as forças do Império português financiaram um grande cerco ao Quilombo de Palmares, contratando os bandeirantes (caçadores de índios paulistas) para derrotá-lo. Em 1675, o Quilombo é sitiado por soldados portugueses e bandeirantes.

Após várias batalhas em 1680, com 25 anos de idade, Zumbi torna-se líder do Quilombo de Palmares, comandando a resistência de uma guerrilha contra as tropas do governo. Apenas em 1694 o Quilombo é finalmente derrotado. Mas, só um ano após o líder dos Palmares é capturado e executado,

“PRECISAMOS ORGANIZAR NOVOS QUILOMBOS. NOSSAS PERIFERIAS SÃO GIGANTESCOS ACAMPAMENTOS URBANOS COM ENORME CONTINGENTE DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS EXPLORADOS E OPRIMIDOS, DESEMPREGADOS, SUBEMPREGADOS E VIVENDO COM BAIXÍSSIMAS CONDIÇÕES DE VIDA. É PRECISO UM VERDADEIRO LEVANTE COMO OS QUILOMBOS PARA PROMOVER UMA LUTA NÃO APENAS DE RESISTÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA, MAS DE LUTA PELO SOCIALISMO NO BRASIL”

tendo sua cabeça exposta em lugar público de Recife.

Depois do Quilombo de Palmares os donos do poder no Brasil (fazendeiros, latifundiários, grandes comerciantes) trataram de tentar apagar essa experiência da história para que esse exemplo de luta pela liberdade e resistência à exploração nunca mais se repetisse.

Hoje precisamos organizar novos quilombos. Nossas periferias são gigantescos acampamentos urbanos com enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras explorados e oprimidos, desempregados, subempregados e vivendo com baixíssimas condições de vida. É preciso um verdadeiro levante como os quilombos para promover uma luta não apenas de resistência e sobrevivência, mas de luta pelo socialismo no Brasil.

Luta pela socialização da terra, pela socialização da moradia, por uma democracia de trabalhadores e trabalhadoras, pela emancipação das mulheres.



Essa definição de Joaquim Nabuco continua vigorando, dado os últimos acontecimentos. A desigualdade étnica e social perdura porque as medidas tomadas pelos governos são insuficientes ou retrocedem revelando a insatisfação da pequena-burguesia e da burguesia ante os mínimos avanços.

A República nascida de um golpe militar perpetuou o ressentimento das classes dominantes com a abolição. Na história do Brasil foi contínua a discriminação e a total falta de políticas públicas no sentido de eliminar a desigualdade étnico-social que atinge os afrodescendentes e os povos indígenas.

Ao contrário, em geral, os governos adotaram políticas violentas ou de engano. O extermínio e criminalização das populações negras (já em grande parte confinadas às comunidades faveladas), o brutal genocídio indígena aliado à invasão dos territórios ancestrais, a degradação ecológica de fontes de rios e remanescentes florestais demonstram que a ofensiva contra os descendentes de povos africanos e originários é uma política permanente de Estado.

Durante o governo de coalizão da Frente Brasil Popular acreditou-se que por medidas ínfimas (tais como a criação de uma secretaria de governo pela igualdade) e um

par de leis de ação afirmativa (tais como a obrigatoriedade do ensino de História da África e as cotas nas Universidades e no serviço público), além da equiparação nos direitos trabalhistas das empregadas domésticas teríamos a solução, em doses homeopáticas, do problema secular.

As ações afirmativas, em grande medida copiadas dos Estados Unidos, não permitiram ali um país mais integrado. Foram, inclusive, visceralmente atacadas pelas polícias em execuções covardes principalmente no final do governo Obama. No máximo, se obteve lá a ascensão de uma pequena-burguesia negra minoritária. E no Brasil nem isso.

O governo da FBP, ao chegar ao poder em 2003 com uma proposta de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Art. 3º, III da CF/88), seria materializado mediante o projeto Fome Zero. Entretanto, o próprio governo liderado pelo PT desistiu da radicalidade do projeto e substituiu-o pela gradualidade reformista de tal modo reduzida às migalhas como o bolsa família, que Frei Beto o mentor do projeto, inclusive, abandonou o governo.

Tudo levava a crer que de grão em grão chegar-se-ia a ter uma refeição completa. Porém, quando se acreditava que esse momento

havia chegado eis que as classes dominantes dispensaram o apoio do PT e PCdoB com todo tipo de acusações e puseram-se em franca hostilidade contra quaisquer direitos por mais mínimos que fossem.

Tudo isso se articula com a ofensiva do governo burguês de plantão que foi inadvertidamente montado nos anos da Frente Brasil Popular. De um só golpe tenta tirar dos trabalhadores, o mais rapidamente possível, não só os poucos benefícios provenientes do período da alta dos preços das commodities, mas também conquistas históricas anteriores. E isso quando se sabe que nenhuma das concessões dos governos petistas se equipara à concessão do 13º salário realizada pelo governo deposto com o golpe civil-militar de 64.

Essas conquistas são arrancadas também pelos governos do PMDB no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, que não só atrasam vencimentos como deixaram de pagar o 13º para uma parcela considerável dos servidores ativos e aposentados.

A importância de enfrentar a impunidade, destacada pela Comitê de Peritos da OIT (2), é desconsiderada em portarias como a Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017 que revoga os artigos 2º, § 5º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12 da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11.05.2016, publicada pelo então Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social na gestão de Miguel Rossetto, que regulamentou a fiscalização do combate ao trabalho escravo.

A Ministra Rosa Weber recentemente cassou liminarmente os efeitos dessa medida. Porém, prosseguem os benefícios concedidos aos empresários e ao agronegócio, seguindo a mesma

linha do governo anterior deposto, que favoreceu as empresas “campeãs nacionais” custeadas com verbas bilionárias do BNDES.

E se não bastasse, agora, essa estratégia se repete sob a forma de renúncia fiscal, programa de refinanciamento de dívidas tributárias, o Refis, o decreto que inclui 13 aeroportos no programa de desestatização e (conforme anunciado no II Encontro Carta Caiman (3) o Decreto nº 9.179 de 2017, divulgado dois dias antes da Câmara dos Deputados negar a denúncia contra o presidente Michel Temer) até descontos de até 60% em multas ambientais (4), que serão convertidas em prestação de serviços na área ambiental.

Cerca de 200 parlamentares que salvaram Temer, da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) também conhecida como bancada ruralista, são os principais defensores da exigência de retirar o termo “condições degradantes” do rol da escravidão moderna e de

que desapareça a ‘Lista suja’ que é organizada e divulgada pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) para a comprovação da condição análoga à escravidão, na qual o auditor fiscal elabora um Relatório Circunstanciado de Ação Fiscal.

Na portaria do Ministro do Trabalho (escravo) Ronaldo Nogueira (PTB), que já tinha articulado a famigerada Reforma Trabalhista, exige-se um boletim de ocorrência policial para registro das “condições degradantes”, quando se sabe do tipo de comprometimento dos órgãos de segurança, que sempre se mantiveram intactos como estruturas repressivas e, inclusive de tortura, que chegaram a se ampliar na dita Nova República.

Ou seja, bandidos querem legalizar seus escusos negócios, auxiliados pelo governo, tornando lei seus crimes comuns. Segundo Vladimir Safatle: “A gente está entrando numa dimensão onde a

memória nacional, a política atual e o destino do nosso futuro se entrelaçam. (5) “

Um regime que não pune exemplarmente os escravistas só pode reproduzir o que já havia previsto Joaquim Nabuco mais de um século atrás: “A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”.

Para impedir a continuação da escravidão moderna (6) só a ação revolucionária firme e decidida do proletariado internacional afim de derrubar mais esse retrocesso inerente do podre sistema capitalista decadente.

Notas:

Nabuco, Joaquim. A Escravidão. Citado em Joaquim Nabuco - A escravidão e a “obra da escravidão”, in WEFFORT, Francisco. “Formação do Pensamento Político Brasileiro”.

(2) <https://goo.gl/6eW2yG>

(3) <https://goo.gl/b8ZK8Z>

(4) <https://goo.gl/QhL9ft>

(5) Safatle, Vladimir. <https://goo.gl/Ym9kz4>

(6) <https://goo.gl/3xiq8d>

O PARTIDO BOLCHEVIQUE APÓS 1917

SÉRGIO LESSA

Logo após 1917, o partido bolchevique sofreu importantes mudanças. Em primeiro lugar, embora não seja esta a mudança mais importante, o partido aumentou de tamanho. Passou de 24 mil membros, em 1917, a 860 mil, em 1924. Outra mudança importante é que ocorre uma certa fusão entre o partido bolchevique

e o Estado Soviético. Quase todos os membros do partido no início da década de 20 são funcionários do Estado Soviético, e muito poucos são operários: “Nessa época, as estatísticas permitem concluir que a repartição efetiva de empregos é tal que mais de 53% dos membros do partido são servidores do governo, 8% funcionários do

partido e dos sindicatos, e dos 11% de empregados de indústria, um grande número desempenha funções administrativas ou de direção. Menos de 3 anos mais tarde, calcula-se que 2/3 dos membros do partido ocupam funções de responsabilidade, que lhes confere certa autoridade e algumas vantagens materiais”.

Lênin considerava que o número de operários que realmente existia no partido era menor do que mostravam as estatísticas: “É incontestável que frequentemente se considera entre nós como operários pessoas que jamais passaram por uma escola séria como uma grande indústria”, afirmou em 24 de março de 1922.

Esse processo de fusão entre o partido e o novo Estado ocorrerá muitas vezes de forma espontânea, devido à situação objetiva em que se encontrava a Revolução Russa.



É interessante o relato do delegado da província de Tambov sobre a situação que lá encontrou em julho de 1919: “Não há governo soviético propriamente dito, (isto é, exercendo funções governamentais locais), na maioria dos distritos rurais. Na maior parte das localidades, os soviets só existem no papel; de fato, trabalham sob o nome dos soviets representantes dos kulaks e dos especuladores, pessoas que perseguem objetivos individuais ou elementos sem caráter que agem a seu modo”. Continua: “Semelhante situação produz necessariamente uma série de efeitos no funcionamento do próprio partido, permitindo em muitas cidades e distritos, o acúmulo de funções, a falta de controle dos órgãos de base do partido (estes órgãos não existem ou quase não existem) sobre os militantes encarregados de múltiplas responsabilidades e, frequentemente, a absorção desse militantes em tarefas essencialmente administrativas, em detrimento das tarefas políticas e ideológicas, ou seja, do trabalho de massa”.

Dada a complexidade das tarefas históricas que o partido bolchevique tinha que dar conta e ao despreparo da imensa maioria dos membros (consequência do despreparo das próprias massas revolucionárias) para enfrentar estas tarefas, fica centralizado na velha guarda do partido - com Lênin à frente - todos os órgãos importantes de decisão. Em 1922, Lênin escreveria a Molotov: “Se não se fecha os olhos diante da realidade, deve-se reconhecer que realmente a política proletária do partido é determinada não pelo conjunto de seus membros, mas pela autoridade imensa e intransferível dessa camada muito reduzida que se pode chamar velha guarda do partido.”

Essa velha guarda, para



Acima uma plenária do Soviet. A desarticulação dos soviets foi fundamental para a consolidação da burocratização da Revolução Russa

administrar todo o país, forçosamente tem recorrer a um enorme aparelho burocrático, ao qual vão sendo delegados cada vez mais poderes. O Orgburo, criado como assessoria do Politburo, passa a ser responsável pela transferência de todos os quadros partidários e a administrar fichários que somente ele controla sobre a vida de todos os militantes partidários. O peso desses funcionários do partido no seu interior vai se tornando decisivo e, grave na situação, é que esses funcionários, na sua grande maioria, são originários da pequena-burguesia, mais precisamente, do antigo corpo de funcionários subalternos do regime czarista. Desta forma, via-se introduzido na vida partidária os métodos, o funcionamento, a rotina do aparelho administrativo do velho regime.

A consequência desse processo - que tem como pano de fundo o afastamento da classe operária do poder decisório - é que se implanta aos poucos um estilo de direção no partido bolchevique que ele nunca conhecera anteriormente. “Esse novo estilo de direção, e as relações ideológicas que o sustentam (como o “respeito” dos escalões inferiores à autoridade dos escalões “superiores”), tendem a transformar uma parte dos funcionários do partido - em primeiro lugar os quadros políticos

- de militantes em funcionários preocupados sobretudo em saber o que deles esperam os seus superiores; ao invés de procurarem assinalar os erros cometidos etc. Os membros do partido se transformam em “funcionários”, em “membros do aparelho”, ou, como se começa a chamá-los, apparatchiki.

Sobre eles escreve Suslov, velho bolchevique: “Eles não são nem quentes nem frios. Tomam conhecimento de todas as circulares de comitês... Fazem todos os seus cálculos numéricos para a ação prescrita, constroem toda a atividade do partido a se inserir no quadro matemático de seus relatórios cuidadosamente redigidos, ficam satisfeitos quando todos os pontos são preenchidos e podem então levar ao conhecimento do centro o cumprimento regulamentar de suas prescrições. Para esse tipo de trabalhadores do partido chovem todas as espécies de planos, programas, instruções, pesquisa e relatórios. Eles ficam contentes quando reina a calma em sua organização, quando não há ‘intrigas’, quando ninguém os combate”.

As organizações locais do partido e as organizações de base vão tendo sua autonomia cada vez mais limitada, a tal ponto que os “secretários dos comitês de

província passam a ser cada vez mais nomeados pelo centro e os poderes de tais dirigentes políticos aumentam rapidamente”. O grau de crescimento do aparelho administrativo se evidencia no aumento de quadros da administração que funcionam junto ao Comitê Central, que vai de 15, no início de 1919, a 602, em 1921 - e é justificado pela necessidade de se melhorar a “gestão” dos quadros do partido e a seleção dos responsáveis. “Na prática, isto resulta rapidamente em controle político da administração interna do partido (dificilmente controlada pelos órgãos dirigentes eleitos) sobre o conjunto de organização e especialmente sobre os quadros”. E “As transferências de postos permitem o isolamento daqueles que não tem as mesmas concepções que a direção administrativa do partido”.

O SEGUNDO SEMESTRE DE 1920

O segundo semestre de 1920, tão decisivo para a Revolução Russa, vai encontrar, portanto, o partido com características bem diferentes das de 1917. A democracia interna, mecanismos que permitem a luta política e ideológica no interior do partido - como ocorreu em abril de 1917, e na preparação da insurreição de outubro, para lembrar uns poucos exemplos de quando Lênin encaminha resoluções políticas por fora dos canais partidários - estão emperrados. O IX Congresso já havia em parte realizado esse emperramento ao estabelecer que somente seria permitido criticar as resoluções tomadas pela direção depois de cumpri-las. Um enorme aparelho burocrático, tanto no Estado como interior do partido, envolve os bolcheviques e tende a dominá-los.

Esse aparelho burocrático se fortalece ainda mais com a criação da Comissão Central de Controle (da qual participa a Checa, a

polícia secreta, que assim tem legalizada sua interferência no interior da vida do partido) e pelas depurações que ocorrem em 1919 e 1921. Ironicamente tanto a Comissão de Controle quanto as depurações tinham por objetivo justamente combater os não proletários e burocratas no interior do partido. Mas as formas como as medidas foram encaminhadas - de modo essencialmente administrativo - fortaleceram justamente aqueles membros que mais criticavam os burocratas no interior do aparelho partidário.

Um outro fator influenciará com enorme peso a luta política no inverno de 1920/21: as medidas de requisição dos produtos agrícolas fizeram com que os camponeses reduzissem a área plantada, já que não tinham interesse em produzir para verem seus produtos confiscados.

A redução da área plantada, acompanhada pela queda da produção agrícola, agrava ainda mais a crise econômica e a situação das massas trabalhadoras nas cidades. A ração fornecida para os operários e trabalhadores pelo governo soviético não ia além de 30 e 50% das quantidades necessárias para alimentá-los e aumenta ainda mais o mercado negro e a corrupção. A fome na cidade, a falta de combustíveis e matérias-primas acentua a paralisação industrial, aumentando o desemprego.

Como vimos no mês passado, a queda do nível de vida das massas trabalhadoras, numa situação em que os operários e camponeses são submetidos a uma estrutura de governo que está

“O SEGUNDO SEMESTRE DE 1920, TÃO DECISIVO PARA A REVOLUÇÃO RUSSA, VAI ENCONTRAR, PORTANTO, O PARTIDO COM CARACTERÍSTICAS BEM DIFERENTES DAS DE 1917. A DEMOCRACIA INTERNA, MECANISMOS QUE PERMITEM A LUTA POLÍTICA E IDEOLÓGICA NO INTERIOR DO PARTIDO (...) ESTÃO EMPERRADOS (...) UM ENORME APARELHO BUROCRÁTICO, TANTO NO ESTADO COMO INTERIOR DO PARTIDO, ENVOLVE OS BOLCHEVIQUES E TENDE A DOMINÁ-LOS”

cada vez mais impermeável às suas pressões e aumenta as medidas de repressão sobre as massas - enquanto os altos funcionários do partido e do governo recebem cada vez maiores privilégios - aumenta assustadoramente o descontentamento e não só entre as massas sem partido. Muitos operários abandonam o partido nesse período, descontentes com os rumos da situação, e sem encontrar no partido possibilidade concretas de expressar seu descontentamento.

Uma outra consequência desse descontentamento é que aumentam as sabotagens, o abstencionismo, o “corpo mole” entre os operários. As medidas de convocação dos trabalhadores, trabalho obrigatório, salário diferenciado segundo a produção de cada um etc., aumentam ainda mais esse descontentamento e fazem os operários se lembrarem com frequência do regime de trabalho que vigorava no antigo regime.

Outra consequência direta

dessa crise – a qual já nos referimos no artigo anterior – é a eliminação física do proletariado. A paralisação industrial e a fome nas grandes cidades levam muitos operários a voltarem para seus locais de origem no campo, ao mesmo tempo em que os operários mais combativos muitas vezes são enviados para as fileiras do Exército Vermelho, ou são absorvidos no aparelho administrativo do partido e do Estado, se afastando da produção.

Portanto, a conjuntura da Rússia tanto econômica quanto socialmente, era extremamente favorável ao crescimento da burocracia. De um lado, a crise econômica e a desorganização do transporte, do comércio, do abastecimento e da produção; de outro o aumento do peso social do campesinato na medida em que o proletariado passa por um processo de extinção. E, como base de tudo isso, a necessidade de se acumular riqueza pela expropriação dos trabalhadores para ser possível o desenvolvimento das forças produtivas: no nosso mundo, como a única forma possível de expropriação dos trabalhadores é o capital, isso significava restaurar as relações de produção do capital em medida crescente.

Nessa situação, uma maciça intervenção das camadas populares, lideradas pela classe operária, disposta a lutar de armas nas mãos pela gestão do novo Estado

soviético se revelou impossível. As reações que ocorreram não tiveram força nem clareza política suficientes para reverter esse quadro.

Portanto, a crise econômica que se aprofunda nos anos 1920 e 1921, concorre para enfraquecer ainda mais a classe operária, o que favoreceu a vitória da burocracia na luta que se travou na preparação do X Congresso do PC(b)R, em 1921.

A OPOSIÇÃO OPERÁRIA

No segundo semestre de 1920 surgiu a Oposição Operária. Ela foi a principal oposição que surgiu no partido bolchevique a esse processo de crescente afastamento das massas trabalhadoras dos centros de decisão política.

A Oposição Operária é a herdeira – até certo ponto a continuação – dos comunistas de esquerda que surgiram no ano de 1918, e do grupo Centralismo Democrático, que surgiu no ano de 1919.

Os comunistas de esquerda surgiram em abril de 1918, logo após a assinatura do tratado de Brest-Litovsky (o acordo de paz entre a Alemanha e a Rússia soviética), ao qual eles se opõe. Consideram que a política mais correta seria levar a guerra com a Alemanha adiante até sua transformação numa guerra revolucionária do proletariado alemão. É bom lembrarmos que naquele período eram fortes

as ilusões quanto a eclosão da revolução na Europa Ocidental num período curto de tempo.

Os comunistas de Esquerda, através de sua revista “Comunista” dirigidos por Bukharin, Radek, Osinski e mais tarde Smirnov, faziam fortes críticas às medidas adotadas pelo governo soviético para organizar a produção.

O primeiro número da revista, publicada em nome do Comitê do Distrito de Petrogrado, continha as “Teses sobre a situação atual”, do comitê de redação. As Teses condenavam “a implantação da disciplina do trabalho para o restabelecimento da gestão dos capitalistas na produção (que) não poderá aumentar de maneira substancial a produtividade de trabalho”. O que faria, segundo eles, seria “diminuir o grau de iniciativa, de atividade e de organização da classe trabalhadora, e despertar o descontentamento tanto dos elementos atrasados quanto da vanguarda do proletariado”.

Neste número Radek advertia: “Se a revolução russa fosse derrubada pela violência da contrarrevolução burguesa, voltaria a crescer das cinzas como a fênix, mas se perdesse o seu caráter anticapitalista e decepcionasse, portanto, as massas trabalhadoras, essa desgraça teria consequências dez vezes mais terríveis para o futuro da revolução russa e internacional”.

Lênin, na ocasião, atacou violentamente os comunistas de esquerda, taxando-os de “intelectuais pequeno-burgueses degenerados”, desencadeou uma violenta campanha contra eles no interior do partido e os obrigou a transferir a revista de Moscou e depois de 4 números, a desaparecer. Apesar do reconhecimento de Lênin da legitimidade dos comunistas de esquerda expressarem publicamente suas opiniões



Alexandra Kollontai - organizadora da Oposição Operária

contrárias ao Comitê Central, uma Conferência do Partido convocada apressadamente deu maioria a Lênin e “pediu que os partidários da revista ‘Comunista’ cessassem sua existência organizativa separada”.

O isolamento em que caíram os partidários de “Comunista” não deve ser explicado somente pela reação da corrente leninista. Mas também pela defesa que faziam da continuidade da guerra, o que entrava em profunda contradição com as aspirações imediatas das massas populares russas. Esse fato sem dúvida alguma reduziu em muito a penetração que poderiam obter com suas críticas ao processo de burocratização, ao afastamento dos operários dos centros de decisão. O surpreendente é que, apesar dessa posição, os comunistas de esquerda tenham conseguido se implantar nos principais centros operários: Moscou, Petrogrado e nos Urais. O que é uma medida de como as críticas que faziam ao processo de burocratização da revolução russa penetravam as massas operárias.

Após o VIII Congresso do PC(b)R os comunistas de esquerda desapareceram, em parte devido às medidas administrativas como a transferência de seus membros de áreas onde possuíam alguma influência para regiões de menor importância.

Do grupo Centralismo Democrático, conhecemos muito pouco. As únicas informações que temos dão conta de que eles criticavam o processo de burocratização e o afastamento dos operários das decisões mais importantes. Reivindicavam também um funcionamento mais democrático do partido.

No segundo semestre de 1920, repetimos, surgiu a Oposição Operária, que conseguiu, uma base de apoio no interior do partido significativa. No Donetz (região

mineira), na bacia do Don, na Ucrânia tinham forte implantação e em Samara controlavam todo o aparelho partidário. Em Moscou contavam com 1/4 dos votos do partido e em setembro de 1920 conquistaram 124 delegados, contra 154 do Comitê Central para a Conferência do Partido na província de Moscou.

A Oposição Operária denunciava o processo de burocratização e criticava o partido por ter traído as promessas que havia feito aos sindicatos ao não levar adiante o ponto 5 do programa econômico do partido aprovado em 1919, no VIII Congresso do PC(b)R. “Afirmava que durante os dois últimos anos a direção do partido e os organismos governamentais haviam limitado sistematicamente o alcance da atividade sindical, e reduzido a quase nada a influência da classe operária (...) O partido e as autoridades econômicas, transbordantes de técnicos e burgueses e de outros elementos não proletários eram ostensivamente hostis aos sindicatos (...) o único remédio era a concentração da direção industrial nas mãos dos sindicatos”.

“Não se haveria de nomear nem a um só indivíduo em um posto econômico administrativo sem o consentimento dos sindicatos (...) Os funcionários recomendados pelos sindicatos teriam que render-lhes conta de sua conduta, e poderiam ser substituídos a qualquer momento. O elemento

culminante do programa era a exigência de que se convocasse um Congresso Panrusso dos Produtores que elegeria uma direção central de toda a economia nacional. Os Congressos Nacionais dos diversos sindicatos elegeriam também a direção dos diversos setores da economia. As conferências sindicais locais e regionais, e a direção de cada fábrica seria de competência do Comitê de fábrica. “E assim, afirmava Shiapnikov (integrante do Comitê Central em 1917) se conseguirá esta vontade única necessária para organizar a economia mas, também, a possibilidade real de que as grandes massas de trabalhadores façam sentir a sua influência na organização e desenvolvimento da nossa economia”.

Além disso, a Oposição Operária propunha uma profunda modificação na política de salários, no sentido de ser mais igualitária e combater os privilégios acumulados durante esses anos pelos altos dirigentes da administração e do partido bolchevique.

O choque é profundo. “Para a maioria do CC, o partido só pode de fato assumir seu papel dirigente se um número significativo de responsáveis, inclusive sindicais, for nomeado pelo partido. Segundo a Oposição Operária, somente a eleição dos responsáveis está de acordo com os princípios do socialismo e garante a confiança das massas populares nos elementos que elas elegeram”.



Nesse meio tempo, Trotsky radicaliza sua posição a favor da militarização do trabalho. No X Congresso ele afirmou: “Eles (trata-se da Oposição Operária) lançaram palavras de ordens perigosas. Fizeram dos princípios democráticos um fetiche. Colocaram o direito dos trabalhadores elegerem seus representantes acima do partido. Como se o partido não tivesse o direito de afirmar a sua ditadura, mesmo que essa ditadura esteja em conflito temporário com os humores instáveis da democracia operária...” (...) “O partido é obrigado a manter sua ditadura... quaisquer que sejam as hesitações temporárias da classe operária...; a ditadura não se baseia a todo instante no princípio formal da democracia operária...” A tese de Trotsky consegue o apoio de 8 membros do CC, e passa à história como a Plataforma dos 8.

Lênin que se afasta de Trotsky a partir de novembro de 1920

(sem no entanto, abandonar suas posições a favor do dirigente único nas indústrias, nomeados de cima, da aplicação do “muito que tem de progressista” do sistema de Taylor, do trabalho obrigatório, etc.) e consegue o apoio de nove membros do CC. É a plataforma dos Dez. Afirma esta plataforma: “O Partido Comunista Russo, através de suas organizações central e local, continua a dirigir, de maneira incondicional, o aspecto ideológico do trabalho sindical em seu conjunto... A escolha do pessoal dirigente do movimento sindical deve ser feita sob controle e orientação do partido. No entanto, a organização do partido deve ser particularmente atenta em aplicar os aspectos normais da democracia proletária nos sindicatos onde a escolha dos dirigentes deve ser o máximo possível uma tarefa das próprias massas organizadas”. Ou seja, permite-se à massa eleger seus representantes, desde que eles coincidam com a direção,

“incondicional” ideológica realizada pelo partido.

Assim, ao final do segundo semestre de 1920, o Partido Bolchevique se transformara em profundidade. O núcleo das tensões e divergências residia na relação do partido com as massas. Com a vitória dos revolucionários na Guerra Civil, a essa altura já uma certeza, aumentava a pressão para que as medidas centralizadoras, apresentadas como provisórias, fossem revertidas. A Oposição Operária é o principal porta-voz dessa posição. O X Congresso do PC(b)R, convocado para março de 1921, seria centrado nessas questões. Para o Congresso, Trotsky termina por se unificar com Lênin na luta que se trava contra a Oposição Operária. Mas o que, de fato, definiu seus rumos, foi a eclosão, em plena realização do Congresso, da Revolta de Kronstadt. A essa revolta dedicaremos o próximo artigo no próximo número do jornal Espaço Socialista.

VIDAS NA SOMÁLIA: QUEM LIGA?

No último dia 14 de outubro, duas explosões provocadas em Mogadíscio, capital da Somália, mataram mais de 350 pessoas e deixaram mais de 100 feridos. Eram áreas de intenso movimento, próximas ao Ministério de Relações Exteriores e da Universidade Nacional Somali. O atentado foi reivindicado pelo grupo jihadista Al Shabab, ligado à Al-Qaeda. Em termos de números de vítimas, foi o pior atentado desde julho de 2016, quando uma série de ataques a bombas matou mais de 320 pessoas em um mercado de Bagdá.

Toda a gravidade do fato não foi suficiente para romper o silêncio da mídia corporativa burguesa, tampouco para promover a comoção que os casos mais recentes de atentados causaram como o de



“Charlie Hebdo” em Paris ou os ocorridos em Nice, Barcelona, Manchester e Las Vegas. O silêncio, o desprezo e a indiferença repetem-se como no atentado da Nigéria em 2015, em que a morte de 111 pessoas negras sequer penetrou as redes sociais.

Este comportamento social nas mídias põe em evidência aquilo que a passividade em torno do genocídio do povo negro no Brasil também nos revela: a morte e o sofrimento

de gente pobre e negra são tidos como normal, naturalizam-se como um fardo a ser carregado Ad eternum.

O corte étnico-racial reproduzido pela mídia corporativa reforça a ação intencional da burguesia em aprofundar a desigualdade racial e, desta forma, aproveitar-se para pagar salários mais baixos e aumentar a taxa de exploração em cima de quem, no Brasil, representa mais da metade da população.



O racismo se integrou à sociedade capitalista como uma luva e, com a intensificação da crise estrutural do capital, se reproduz também com intensidade em todas as esferas da sociedade. O preconceito racial interessa à reprodução do capital e aos níveis de extração de mais-valia exigidos para manutenção ou retomada de taxas de lucro para a classe dominante.

Mas, a questão não se encerra aqui. Na forma de sociabilidade capitalista, a vida humana importa enquanto capacidade de trabalho a ser vendida no mercado. O aprofundamento da crise estrutural, no entanto, faz com que a autorreprodução do capital se torne cada vez mais degenerativa, destruindo as próprias bases constitutivas que dão vitalidade ao sistema e a capacidade de desenvolver as forças produtivas: as formas de existência humana e a natureza estão em ruínas.

Não há solução, dentro dos marcos do capital, para o agravamento das contradições ampliadas geradas e o que temos é a ejeção de parcelas da população planetária como população supérflua, isto é, pessoas que não interessam ao capital como força de trabalho ou como mercado consumidor. O silêncio, a não comoção, a falta de solidariedade de que falamos também encontram suas bases aqui. Se vidas negras não importam, vidas negras antiprodutivas, muito menos.

Na Somália, o intervencionismo

imperialista em torno da posição estratégica do país (proximidade ao Golfo Pérsico e ao Canal de Suez), promoveu um cenário político instável e um quadro social tão grave que metade de sua população - cerca de 6,7 milhões de pessoas - necessita de ajuda humanitária. Destas, 275 mil crianças sofrem de desnutrição aguda severa e o país corre o risco de ter decretado o seu terceiro estado de fome, situações ocorridas em 1992 e 2011.

Com a pior seca dos últimos anos e grande parte de sua produção de alimentos voltada ao mercado internacional, as migrações internas estão deslocando parte considerável da população para a região norte do país em busca de água potável e alimentos. Ali, 739 mil pessoas vivem em campos de refugiados, dormindo em tendas e em condições extremamente precárias de vida. Como as previsões não são boas e o estio tende a se prolongar, a situação nutricional e o acesso à água potável vão se tornando ainda mais graves.

Além disso, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, uma epidemia de cólera e diarreia ceifou a vida de centenas de somalis e nas áreas superpovoadas dos campos de refugiados a população sofre com um surto de sarampo.

A ingerência do imperialismo na região vem de longa data e o país, assim como ocorreu no Haiti, possui uma missão militar operando supostamente para combater o avanço do Al Shabab. Ainda este

ano, o presidente estadunidense Donald Trump autorizou o envio de tropas e um ataque aéreo como “resposta” contra o terrorismo.

TODA SOLIDARIEDADE AO POVO SOMALI!

A ofensiva burguesa e imperialista vem assolando os trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo com subtração de direitos, rebaixamento brutal do padrão de vida, sucateamento dos serviços públicos, desemprego e privatizações. Em alguns países da periferia do sistema as consequências se tornam ainda mais perversas com as guerras, atentados, deslocamentos, doenças e a extrema penúria da imensa maioria da população.

Denunciamos a miséria capitalista, que mata e extermina em várias partes do mundo! Denunciamos o silêncio racista da mídia corporativa burguesa e a passividade com que trata o genocídio negro, que também ocorre em todas as partes do mundo!

Solidarizamo-nos com a vida do povo somali e pelo fim de suas mortes, também com todas as lutas que a classe trabalhadora vem travando pelo mundo!

É central enfrentarmos a ofensiva burguesa e imperialista! Necessitamos resgatar a concepção real e de prática internacionalista, isto é, de unidade e solidariedade das lutas da classe trabalhadora pelo mundo! Precisamos de organizações internacionais que coordenem e unifiquem mundialmente as lutas dos trabalhadores em âmbito global! Globalizar a luta contra o capital para fazer avançar a consciência de classe, socialista e revolucionária!

CONTATOS

espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1
www.espacosocialista.org